

## 1 ATA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL

2 Às 9 horas do dia 10 de dezembro de 2013, no Centro Diocesano de Macapá – Amapá deu-  
3 se início à 2ª reunião ordinária do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental.  
4 Christoph Jaster, presidente do Conselho, dá as boas vindas aos presentes, destacando que  
5 a reunião, a primeira após a reunião de posse, representa mais um importante passo para  
6 a consolidação deste fórum. Relembra a reunião de instalação, recomendando a leitura da  
7 ata que consta no relatório entregue aos conselheiros e faz uma ressalva quanto à mesma.  
8 Coloca que, pelo fato de ser muito extensa, se dispôs a elaborar uma versão reduzida para  
9 leitura e ratificação, mas que o documento, mais similar a uma memória, está disponível na  
10 íntegra no relatório. Em seguida, solicita a todos que se apresentem, mencionando nome,  
11 organização e expectativas para a reunião. Após as apresentações, Christoph destaca a  
12 diversidade de representantes de órgãos do governo e sociedade civil que compõem um  
13 grupo forte ao qual cabe agregar conhecimentos, compatibilizar interesses, exercitar a  
14 articulação, auto-organização e defender causas comuns, agindo em prol das áreas  
15 protegidas. Abre a palavra aos demais participantes para inclusão de itens da pauta.  
16 Roberta Barboza recorda que na última reunião foi solicitado um estudo sobre a  
17 contaminação de corpos d'água de áreas do Mosaico e informou que o Instituto Evandro  
18 Chagas iniciará um estudo da análise de águas no Estado, se colocando à disposição para  
19 formalizar as solicitações de locais para coletar amostras que sejam de interesse das  
20 comunidades. Pedro Amaral solicita apoio dos órgãos governamentais, em especial IBAMA,  
21 IMAP e SEMA, para assentamentos do INCRA, relatando as dificuldades para o escoamento  
22 da produção e a falta do estímulo para que os jovens fiquem na área rural. Sebastião  
23 Gomes relata os conflitos dos assentamentos com as mineradoras de Serra do Navio,  
24 devido ao uso de substâncias contaminantes que vem degradando o meio ambiente.  
25 Mariolando Araujo destaca a necessidade de entender o impacto dos projetos das  
26 hidrelétricas e mineração, bem como a importância dos conselheiros de se preparar para  
27 se organizar e influenciar os projetos. Edilza Serrano relata que o Iepé está organizando  
28 uma biblioteca no assentamento Sete Ilhas e que a prefeitura de Pedra Branca tem apoiado  
29 com a doação de livros e reforma de um espaço na comunidade. Luiz Paulo comenta sobre  
30 a elaboração de um projeto para o desenvolvimento de conselhos municipais de meio  
31 ambiente em Serra do Navio e Pedra Branca, e que estão procurando financiador.  
32 Finalizadas as colocações, Christoph passa a palavra a Marcos Pinheiro, moderador da  
33 reunião, que faz uma explanação sobre as dinâmicas e atividades previstas na  
34 programação. Marcos inicia a apresentação sobre o panorama de Mosaicos no Brasil, tema  
35 com o qual trabalha há 8 anos. Explica o conceito de Mosaico, uma ferramenta do Sistema  
36 Nacional de Unidades de Conservação – SNUC segundo a qual áreas protegidas que  
37 formam um conjunto devem ter uma gestão integrada e participativa. Esta gestão deve  
38 permitir somar esforços e potencializar ações frente a ameaças e desafios para os quais  
39 ações das unidades, se feitas isoladamente, seriam mais fracas. O reconhecimento de  
40 Mosaicos é feito pelo Ministério do Meio Ambiente- MMA, e as recomendações para que

41 sejam reconhecidos são: ter identidade territorial (cultural e ambiental), possuir  
42 operacionalidade logística, se basear em uma articulação interinstitucional, ter metas e  
43 objetivos comuns. Os Mosaicos são espaços importantes de decisão, trocas de  
44 experiências, mediação de conflitos, criação de parcerias, potencialização de ações, além  
45 de permitir ter maior peso político em situações de posicionamento frente a um  
46 empreendimento, sendo inclusive fóruns com prerrogativa para orientar a destinação de  
47 compensação de obras. Paulo Russo enfatiza, dentre os elementos apresentados, a  
48 importância da identidade e do papel da Educação Ambiental, sendo complementado por  
49 Marcos quanto à relevância dos mecanismos de comunicação. Marcos prossegue  
50 apresentando as diferentes estruturas de funcionamento de Conselhos e formas de  
51 planejamento territorial, dentre eles o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base  
52 Conservacionista, que é o que este Mosaico adota, que tem um caráter mais comunitário,  
53 dando grande importância ao desenvolvimento de cadeias produtivas. Hoje há 14 mosaicos  
54 reconhecidos pelo MMA, e a motivação da criação define sua identidade podendo ir desde  
55 buscar por alternativas econômicas (como o Mosaico do Rio Negro) e combate ao  
56 desmatamento (Amazônia Meridional) até proteger uma espécie (caso do Mico Leão  
57 dourado). Finalizando a exposição, Marcos pergunta à Plenária: Qual a identidade  
58 territorial deste Mosaico, o quê motiva este trabalho conjunto? Respondendo à pergunta,  
59 Sebastião Araujo narra a mobilização histórica de extrativistas em favor de propostas de  
60 desenvolvimento sustentável com sensibilidade para as comunidades, prevendo ensino,  
61 saúde com modelos diferenciados e incentivos à produção por meio da agregação de valor  
62 a produtos. Pedro do Amaral fala sobre a necessidade de preservar as matas, mas as  
63 dificuldades (falta de infraestrutura, assistência, financiamento) para a produção pela  
64 agricultura familiar não ajudam. Cecília Apalai coloca que a motivação da união é a inclusão  
65 de povos indígenas e necessidade de proteção de suas terras, pois elas são o mercado de  
66 onde tiram o que precisam pra viver e manter suas culturas e tradições. Rita fala sobre o  
67 diferencial deste Mosaico, que inclui os vizinhos indígenas e comenta a necessidade dos  
68 órgãos governamentais apoiarem os agricultores familiares para que possam sobreviver,  
69 pois as leis e punições só são aplicadas para os “pequenos”. Luiz Coltro destaca a vontade  
70 de trabalhar juntos, fazendo um paralelo com a articulação da Rede Terra do Meio em que  
71 há muitos desafios comuns, mas cujo processo foi desmobilizado. Seguem outras  
72 contribuições de participantes, que são sistematizadas em pontos por Marcos nas  
73 categorias “motivações da união” e “desafios que justificam o trabalho conjunto” no  
74 Mosaico. Os pontos foram então reunidos e permitiram identificar três temas principais  
75 para contextualizar a discussão do Plano de Trabalho de 2014: “Impactos de grandes  
76 empreendimentos, “Fortalecimento de Cadeias produtivas” e “Proteção e fiscalização de  
77 Áreas Protegidas”. Também houve uma discussão quanto à importância de estratégias de  
78 comunicação interna e externa, mas a plenária optou por priorizar as três primeiras  
79 agendas, que em si já são bastante extensas. Após a pausa para o almoço, Márcia  
80 Franceschini fez uma apresentação sobre a trajetória de trabalhos no contexto do Conselho

81 Consultivo até o momento e sobre o Plano de DTBC do Mosaico, detalhando seus eixos de  
82 atuação. Em seguida, Marcos orientou a divisão dos participantes em três grupos,  
83 conforme os temas principais, recomendando que mesclassem representantes da  
84 sociedade civil e do governo. A cada grupo coube discutir ao longo da tarde os pontos  
85 considerados positivos (fortalezas, oportunidades), negativos (fragilidades, ameaças) para  
86 cada tema, e recomendações para que se possam prever ações no plano de trabalho de  
87 2014. Finalizando as atividades do dia seguiram-se as apresentações dos pontos levantados  
88 por cada grupo por parte de Marcos Pinheiro (grupo de cadeias produtivas), Makaratu  
89 Wajãpi (grupo Proteção e Fiscalização) e Paulo Russo (grupo grandes empreendimentos).  
90 Por volta das 9h do dia 11 iniciaram-se as atividades do segundo dia de reunião, com a  
91 apresentação de Ivan Vasconcelos, do ICMBio, sobre o zoneamento de Planos de Manejo  
92 de Unidades de Conservação. Faz um paralelo entre o zoneamento e as distintas normas  
93 que orientam as práticas dentro dos aposentos de uma casa demonstrando que, assim  
94 como em uma casa, as UCs têm diferentes zonas, com objetivos e regras específicas. O  
95 estabelecimento destas zonas tem o propósito de oferecer os meios e condições para que  
96 todos os objetivos da unidade possam ser alcançados. Euryandro comenta que o  
97 zoneamento do Plano de manejo da Flota está sendo feito de forma participativa. Rita  
98 coloca que as comunidades têm que se organizar, ter determinação e participação efetiva  
99 nestes processos senão as decisões acabam, como a maioria das vezes, sendo feitas de  
100 cima pra baixo. Em seguida, Makaratu e Bruno, a fim de fornecer mais elementos para a  
101 discussão sobre zoneamento em áreas protegidas, fazem uma apresentação sobre o  
102 processo de elaboração do Plano socioambiental Wajãpi, que resulta de discussões e  
103 acordos coletivos sobre como cuidar da Terra Indígena. Lembram que “cada casa é de um  
104 jeito”, e que o zoneamento pensado para a Terra Indígena tem como princípio respeitar a  
105 própria organização social wajãpi, e valorizar seus saberes e jeitos de ser e de viver.  
106 Demétrio complementa falando sobre o desafio dos povos indígenas em viver em terras  
107 demarcadas, pois antes eram livres, agora têm que viver em espaços fechados e pensar em  
108 como se planejar para enfrentar questões como o aumento da população, a escassez de  
109 recursos, etc. Ivan apresenta o zoneamento do Parque Nacional do Cabo Orange, para  
110 fornecer um exemplo real de zoneamento de UC e Marcos finaliza a atividade destacando a  
111 diversidade de formas de se pensar e objetivos para fazer o ordenamento de áreas  
112 protegidas. Lembra a importância do zoneamento quando há áreas protegidas sobrepostas  
113 que podem ter pontos de conflito. O zoneamento, nestes casos, é uma ferramenta que  
114 auxilia o estabelecimento de acordos de uso de recursos naturais. Após finalização das  
115 discussões deu-se início, com a palestra do professor Marcelo de Oliveira (da UNIFAP), às  
116 apresentações sobre mineração em áreas protegidas. Marcelo destacou aspectos da  
117 atividade mineraria no Amapá, como o fato de 85% das áreas com potencial mineral  
118 estarem dentro de áreas protegidas. Comentou os tipos de escala de produção mineral: a  
119 de grande porte, a de agregado de construção civil (areia, argila, brita, seixo), e o garimpo,  
120 uma atividade de relevância histórica no Estado. Esclareceu as diferenças entre solicitações

121 de pesquisa, requerimento e concessão de lavras e forneceu informações sobre os vários  
122 impactos ambientais da atividade, bem como seus possíveis benefícios. Alertou que para  
123 haver benefícios, é preciso adotar um plano de desenvolvimento para regiões atingidas, o  
124 que pode incluir a adoção de mecanismos de “licença social” (além da ambiental) para  
125 potencializar as oportunidades e reduzir os impactos, mas que ainda não ocorre no Amapá  
126 devido à fragilidade institucional e mecanismos de cobrança social. Luiz Coltro fala sobre  
127 as controvérsias em torno da atividade pois compromete muito a integridade de áreas  
128 protegidas, destaca o aumento da intensidade da atividade e questiona a sua  
129 “sustentabilidade”. Rita, Pedro e Sebastião falam sobre problemas dos empreendimentos  
130 na região da Perimetral Norte, relacionados à falta de informações, ao descaso das  
131 empresas e do Estado, e impactos como contaminação. Christoph pede mais informações  
132 sobre a licença social, lembrando que quando os empreendimentos são instalados uma  
133 série de melhorias de infraestrutura vem junto, mas quando vão embora, todo o sistema  
134 fica órfão. Comenta a criação de fundos durante a operação da empresa para prover  
135 assistência social e bases econômicas para as comunidades permanecerem assistidas  
136 quando o empresa for embora. A fala foi passada ao professor Judson Barros, escritor e  
137 também professor da UNIFAP, que traz uma análise sobre os Projetos de Lei em áreas  
138 protegidas. Descreve a organização do Congresso Nacional, os artigos da Constituição  
139 Federal que têm relação com a atividade mineraria e com áreas protegidas, as Leis e  
140 Decretos que tratam do Código da Mineração, as atribuições do DNPM e os diversos  
141 projetos por parte de deputados e senadores que buscam autorizar a atividade em  
142 Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Faz um alerta sobre a necessidade de estar  
143 atento aos discursos dos políticos, pois muitos deles têm relações com grandes empresas e  
144 acabam defendendo o interesse delas. Detalha o conteúdo de alguns Projetos de Lei, como  
145 o 1610/96, que permite mineração em Terras Indígenas, o 3682/2012 que dispõe sobre  
146 mineração em Unidades de Conservação e outros. Ao final de ambas as apresentações a  
147 palavra foi aberta à Plenária. Aretina fala sobre a preocupação dos povos indígenas com  
148 relação à mineração, que deixa a terra pobre e faz um apelo para que todos fiquem atentos  
149 aos políticos, pois muitos dos nossos inimigos de hoje foram eleitos por nós mesmos.  
150 Também se coloca a questão sobre o desconhecimento da aplicação das compensações de  
151 mineradoras. Roberta sugere, para dar encaminhamento ao tema, a elaboração de algum  
152 documento ou moção mas há ressalvas sobre a necessidade de melhor qualificar a  
153 questão. Luiz Coltro comenta que o WWF tem um departamento de políticas públicas cuja  
154 missão é acompanhar o que se passa no Congresso, e os projetos de Lei que ameaçam  
155 Áreas Protegidas. Em termos de encaminhamentos, foi decidido que a pauta sobre a  
156 mineração será retomada na próxima reunião a fim de capacitar os integrantes do  
157 conselho sobre o tema e melhor qualificar alguma manifestação formal do Conselho. Na  
158 parte da tarde as atividades foram iniciadas com a apresentação de Marcos Pinheiro sobre  
159 as diversas estratégias de captação de recurso e fontes de financiamento para ações do  
160 conselho do Mosaico ou de organizações membro. Apresentou estratégias de captação de

161 curto prazo, médio prazo e longo prazo, demonstrou as vantagens e desvantagens de cada  
162 estratégia, e fornecendo vários exemplos. Relembrou a necessidade de se capacitar para a  
163 elaboração de projetos para submeter a Editais, ao que Bruno complementa falando sobre  
164 a necessidade das associações estarem regularizadas e atentas ao que é previsto por cada  
165 edital, pois muitas vezes não há apoio institucional. É preciso avaliar se vale a pena ou não  
166 tentar alguns editais, pois a gestão de projetos requer escritório, pessoas para fazer a  
167 administração e se o Edital não prevê recurso institucional torna-se difícil executar as ações  
168 previstas no projeto submetido. Segue-se a discussão sobre outro ponto de pauta, a  
169 definição de critérios para a inclusão de novas áreas protegidas no Mosaico, pois haveria  
170 sondagens informais por parte de áreas como Terras Indígenas do Oiapoque, Esec Jari,  
171 Parna do Cabo Orange. Foram expostos argumentos como a necessidade de responder ao  
172 critério de identidade territorial, e a necessidade de fortalecer a articulação já existente, ou  
173 seja, ter foco na agenda para tornar o Mosaico mais efetivo antes de incluir novas áreas.  
174 Além disso, politicamente, no atual momento do MMA, não seria oportuno pensar na  
175 expansão. Foi consensuado que ainda é preciso amadurecer a discussão para  
176 posteriormente e, caso a caso, avaliar a inclusão de outras áreas protegidas no futuro. Deu-  
177 se então início à discussão sobre os encaminhamentos. Retomando a questão do estudo de  
178 contaminações de corpos d'água por mercúrio, Euryandro comenta a elaboração de uma  
179 tese de doutorado (que ainda não foi publicada) e de um estudo de contaminação do rio  
180 Cassiporé. Os conselheiros que têm interesse na realização de levantamentos de  
181 contaminação de rios, pelo Instituto Evandro Chagas se comprometem a entrar em contato  
182 com Roberta, que ficará como pessoa de referência para fazer a interlocução com o  
183 Instituto. Vivianne sugere, como ponto de pauta para a próxima reunião, a realização de  
184 uma atividade para esclarecer as atribuições dos órgãos, pois há muita falta de clareza  
185 sobre a responsabilidade de cada um. Também se coloca a necessidade de capacitação  
186 sobre o tema "grandes empreendimentos" e mineração, cabendo à Câmara Técnica de  
187 Pesquisa pensar em possibilidades, e sobre a necessidade de representantes do Mosaico  
188 acompanharem as audiências públicas sobre a concessão da Flota. Bruno propõe como  
189 ponto de pauta avançar sobre a discussão de planos de proteção integrada. Marcos  
190 relembra os pontos levantados quanto ao desenvolvimento de cadeias produtivas e seus  
191 gargalos, sugerindo a realização de um estudo. Pergunta a Luiz Coltro sobre a possibilidade  
192 do WWF realizar o estudo, para fornecer informações sobre o estado atual das cadeias  
193 produtivas, e tem sinalização positiva de Luiz, que faz apenas uma ressalva quanto à  
194 necessidade de melhor qualificar o que será feito, e se compromete a dar um retorno para  
195 a próxima reunião, que fica pré-agendada para 7 a 10 de abril ou 22 a 25 de abril. Em  
196 seguida alguns participantes fazem uma breve avaliação oral da reunião, a qual se segue  
197 uma avaliação escrita apontando seus pontos positivos e negativos. A palavra então é  
198 passada a Christoph, que faz os agradecimentos e considerações finais. Eu, Márcia  
199 Franceschini lavro a presente ata e subscrevo-me.